

# MEDO E EXPECTATIVAS

## PORTUGAL E A GUERRA

### HISPANO-AMERICANA DE 1898

Rui Ramos

#### A GUERRA HISPANO-AMERICANA EM PORTUGAL

No início de 1898 os jornais portugueses concentravam-se na cobertura dos sensacionais desenvolvimentos do caso Dreyfus em França, apimentados pelo J'Accuse de Émile Zola. Contudo, a explosão do navio de guerra americano *Maine*, no porto de Havana a 15 de Fevereiro de 1898, depressa apareceria nos editoriais. No início, o conflito entre a Espanha e os Estados Unidos parecia grave, mas nada que não pudesse ser resolvido pacificamente assim que os ânimos tivessem acalmado e as investigações sido concluídas. Por essa razão, o eclodir da guerra foi um choque. De Abril a Julho foi a guerra que fez vender os jornais. Como um jornalista confessou, as vendas de jornais nunca tinham sido tão boas como durante a guerra<sup>1</sup>. Alguns vendedores tiraram partido do interesse do público e aumentaram os preços dos jornais que faziam a cobertura da guerra<sup>2</sup>. Em Lisboa foi fundado um novo diário inteiramente dedicado ao conflito hispano-americano, *A Guerra*. A maior parte da informação era fornecida por correspondentes em Londres e Madrid e pelas agências noticiosas Havas e Reuters, e pilhada a jornais espanhóis, franceses e ingleses, cujas reportagens e editoriais eram adaptados ou traduzidos para o público português.

Para a imprensa portuguesa, as manobras das esquadras espanholas e americanas nos mares de Cuba e das Filipinas não eram acontecimentos distantes relatados de forma desapaixonada e neutra. A guerra envolvia a monarquia espanhola, o único vizinho continental português, e ia ser travada no Atlântico, ameaçando as principais linhas de comércio e comunicação portuguesas. Os consumidores de Lisboa sentiram o seu impacto quase imediatamente. Houve um aumento repentino e brutal no preço dos bens comuns. A taxa de câmbio da moeda portuguesa em relação à libra britânica entrou em colapso. Em breve, a guerra tornar-se-ia o principal tema de conversas em todos os salões e cafés da capital. A 15 de Abril, o diário lisboeta *O País* notava que, à luz do que se passava em Espanha, os assuntos domésticos se tornavam insignificantes. Os jornais começaram a publicar mapas e estatísticas para facilitar a discussão entre os inevitáveis aficionados da guerra. A revista ilustrada *O Ocidente* e o diário *O Século* traziam

gravuras dos retratos dos comandantes militares espanhol e americano, imagens de navios de guerra e vistas de Cuba e das Filipinas. Eça de Queiroz, residente em França mas de visita a Portugal em Abril de 1898, ficou surpreendido com a atmosfera que as notícias da guerra criavam em Lisboa e tentou transmiti-la à mulher em Paris:

«O tempo com efeito está lindo – mas mal se goza com estas sombrias preocupações que nos dá a guerra. Ninguém aqui em Lisboa acreditava nela, ou por ignorância das coisas, ou por um indolente optimismo. Ainda há dias todos os meus amigos apostavam pela paz, jantares e almoços contra mim, que anunciava a guerra para Sábado. Infelizmente ganhei. Eis Sábado e a guerra! O pânico na cidade desde ontem é enorme. As libras estão a dez mil réis!<sup>3</sup> Todos os preços subiram. E já se fala, como de um facto previsto, em revolução. Com efeito, se a Espanha sofrer uma derrota, como é provável, a Dinastia em Madrid tomba. E a nossa não se aguenta depois muitas semanas. Pelo menos, começa um período atroz de motins e chinfrins. A corte está aterrada. E o terror é quase genérico. Mayer apareceu hoje aqui às 11 horas da manhã para desabafar. Eu vou jantar com Bernardo para desabafar. Há depois à noite um encontro geral no teatro, não para ouvir a Duze, mas para desabafar. Eu pensava em partir já para St. Cruz [Quinta de Vila Nova em Santa Cruz do Douro], mas neste momento e durante esta semana que entra, que é grave, não me quero afastar do centro de notícias. Isto tudo não quer dizer que para Domingo o nosso pobre D. Carlos tenha despejado as Necessidades – quer dizer que até Domingo se há-de ter desenhado o aspecto geral da guerra, e se poderão formular algumas previsões. Enfim, o momento é sombriamente sério.»<sup>4</sup>

Na verdade, boatos extraordinários corriam por Lisboa na Primavera de 1898. A notícia de que uma esquadra espanhola se estaria a reabastecer nas ilhas de Cabo Verde levou à especulação acerca do envolvimento de Portugal na guerra. Temia-se que os Estados Unidos considerassem a hospitalidade a navios espanhóis uma razão suficiente para tratar Portugal como aliado de Espanha, e declarar guerra. As ilhas dos Açores juntar-se-iam a Cuba e às Filipinas como despojos de guerra americanos. Em Maio, a sociedade lisboeta que veraneava em Cascais viu o seu idílio estragado pelos rumores de uma batalha naval entre espanhóis e americanos ao largo da costa do Norte de Portugal<sup>5</sup>. Os profetas da desgraça tinham ganho o dia. Foi considerado provável o alastramento da guerra se a Inglaterra declarasse a sua aliança aos Estados Unidos e a França se aliasse a Espanha. A guerra por causa de Cuba transformar-se-ia numa grande guerra europeia.

As conversas sobre Espanha abrandaram apenas no final de Maio, com as celebrações do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia<sup>6</sup>. Portugal vivia em insolvência financeira desde 1891 e a celebração patriótica foi vista como a ocasião para um renascimento do País. As festividades públicas atraíram dezenas de milhares de pessoas da província a Lisboa. Houve grandes exposições, um «desfile cívico», bailes. Os festi-

vais do centenário em Maio de 1898 foram o único acontecimento a expulsar a Guerra Hispano-Americana das primeiras páginas, mas por não mais que uns dois dias.

Mas a guerra era importante não apenas por envolver o nosso vizinho mais próximo. Para os leitores de jornais portugueses, todo o conflito entre a Espanha e os Estados Unidos fazia recordar o drama que tinham vivido em 1890. A guerra de 1898 parecia mais um acto do inevitável confronto entre as antigas potências coloniais europeias, Espanha e Portugal, e as novas potências marítimas e comerciais emergentes no século XIX, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Oito anos antes fora a vez de Portugal enfrentar outra potência anglo-saxónica por causa de uma questão colonial. Em 1890, Portugal tinha sido humilhado por um ultimato britânico para retirar do actual Zimbabué, que os portugueses defendiam ser parte da colónia de Moçambique.

A década de 90 do século XIX vivia o auge do darwinismo social aplicado às relações internacionais. Previsivelmente, o confronto colonial ibérico com as potências anglo-saxónicas foi considerado uma prova da forma como os mais fortes pareciam estar a expulsar as potências decadentes das suas antigas possessões na África, na Ásia e na América. Assim, a guerra de 1898 alimentou a contínua especulação na imprensa portuguesa sobre o ocaso da «raça» ibérica perante as potências industriais nascentes do Norte da Europa e da América do Norte<sup>7</sup>.

Este debate tinha um significado político extremo. Era parte integral do argumento liberal contra as tradições católicas e monárquicas em Portugal. Para muitos liberais, o mundo anglo-saxónico, de fortes virtudes práticas, autonomia pessoal e atitudes pragmáticas, era o modelo que deveria ser seguido para preparar os portugueses para o mundo industrial e comercial moderno. As supostas virtudes católicas do desapego das coisas materiais e da dependência das autoridades tradicionais eram vistas como ingredientes para a desgraça num mundo assente no poder do dinheiro e do vapor. Em *Os Maias* (1888), romance que pretendia retratar a sociedade liberal de Lisboa, a personagem principal recebe uma «educação inglesa» do seu avô liberal, para se tornar um cidadão útil de um Estado moderno. «Governamo-nos, vestimo-nos e comemos como fazem os ingleses», concluía Ramalho Ortigão em 1876<sup>8</sup>.

Os liberais gozavam de uma autonomia política com raízes históricas na guerra civil de 1828-1834. Todos os governantes portugueses desde 1834 se classificavam como liberais. A guerra de 1828-1834 concedera à elite política uma oportunidade de destruição do poder da velha aristocracia e de diminuição da influência da Igreja. Portugal, ao contrário da Inglaterra ou da Prússia, nunca desenvolvera o tipo de classe dirigente representada por uma nobreza rural residente nas suas propriedades e controladora do governo local. No século XVIII, os grandes departamentos do Estado eram monopolizados por quarenta grandes famílias. Mas estas famílias dependiam do Estado e quando foram excluídas do sistema político em 1834 rapidamente caíram numa pobreza obscura. Em relação à Igreja, o encerramento de 400 conventos e o corte drástico no número de padres (de 24 mil em 1820 para seis mil em 1900) encolheram e enfraqueceram a rede

eclesiástica. Empobrecido pela nacionalização da propriedade da Igreja e a abolição de impostos eclesiásticos, o clero viu-se reduzido a um funcionalismo público de segunda, controlado pelo Ministério da Justiça, que presidia a todos os compromissos da Igreja<sup>9</sup>. Não por acaso, os autores portugueses apresentavam Portugal como o país mais «liberal» da Europa, o único em que os liberais tinham triunfado e detinham poder absoluto. Os jornais de Lisboa e do Porto, detidos e controlados por pessoas afectas ao regime, faziam parte deste império liberal e os jornalistas comportavam-se como se partilhassem o poder com o Rei, o Parlamento e o Governo. Articulavam a opinião das classes médias que gravitavam em torno do poder e tinham um interesse instituído no sistema: os que tinham empregos públicos, que trabalhavam para companhias com contratos com o Estado, que investiam em fundos públicos ou beneficiavam das políticas estatais, tais como as altas taxas alfandegárias sobre o milho e as manufacturas. E isto incluía a maior parte das pessoas que eram alguém no País.

É significativo que em 1898 não houvesse nenhum grande jornal diário da direita católica ou reaccionária, miguelista, em Lisboa. A opinião tradicional fora transferida para a imprensa da província, o mundo dos semanários humildes, na sua maioria sustentados por chefes locais dos principais partidos governamentais mas muitos por católicos. A maioria tinha uma circulação escassa, que rondaria as 800 cópias. A opinião conservadora católica era portanto irrelevante em termos dos principais debates conduzidos na imprensa diária. Assim, ler a imprensa é escrutinar a discussão e as fricções dentro do mundo liberal. A imprensa reflectia a estrutura do poder, do qual os tradicionalistas estavam excluídos.

Mas a cultura liberal não era um sistema dogmático. Era uma conversa, caracterizada por tensões e debates mais do que por dogmas. Por isso as notas discordantes abundavam<sup>10</sup>. Havia duas fontes de debate dentro desta cultura. A primeira dizia respeito à tensão entre um conceito de modernização em termos de valores universais e um conceito que investia na criação de fortes identidades nacionais como ponto de partida para alcançar a liberdade. O primeiro valorizava a civilização industrial, o segundo recuperava valores mais antigos como base sobre a qual fundar uma nova identidade colectiva. O fim do século foi o período áureo dos historiadores e dos peritos em folclore. Um novo movimento literário lançado por estudantes de Coimbra na década de 1890 pedia um regresso populista ao campo, para beber das fontes intocadas da cultura popular. Assim, o liberalismo desenvolvera-se em duas tendências: por um lado, havia o liberalismo compreendido como crítica das tradições em nome dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que buscava a libertação dos indivíduos de todos os constrangimentos locais e nacionais; por outro, havia o liberalismo entendido como busca de uma identidade nacional, através de uma reinterpretação das fontes tradicionais, normalmente pré-católicas.

Uma segunda fonte de tensão no seio da cultura liberal devia-se ao desenvolvimento industrial e comercial moderno. Por um lado, na medida em que ia apagando a supers-

tição e a hierarquia, era visto como bom; por outro, estava a produzir materialismo e egoísmo e a destruir a hombridade e o espírito cívico em que uma sociedade livre deveria fundar-se.

Estas tensões internas entre correntes críticas e identitárias e entre avaliações discordantes do desenvolvimento económico moderno incutiam alguma inconsistência na discussão liberal dominante. Por isso, a admiração pelos costumes práticos dos anglo-saxónicos não era incompatível com os lamentos contra o egoísmo e a mentalidade materialista gerada pelo capitalismo<sup>11</sup>. Os ingleses, em particular, eram admirados e odiados por representarem tudo o que era eficiente no mundo moderno. Eram vistos como um povo terra-a-terra, prático, honesto, justo, engenhoso, pragmático, hipócrita, aborrecido e forte. Eça de Queiroz fez troça destes clichés em *Os Maias*, onde uma personagem particularmente obtusa pergunta a um conhecido, acabado de chegar da Grã-Bretanha, se lá existia poesia. O turista confirma que não.

A guerra era importante para a imprensa portuguesa porque cabia na cultura política liberal e porque podia ser usada para apoiar o processo em curso de libertação dos portugueses do seu passado atávico e do seu modo de vida tradicional.

Para os radicais que desejavam acelerar este processo de mudança a Guerra Hispano-Americana aparecia como a melhor novidade dos últimos anos. Esperavam que uma derrota espanhola abrisse caminho a novos regimes em Portugal e em

Espanha, tal como a derrota dos exércitos franceses em 1870 destruiu o império de Napoleão III e inaugurou a República em França. Em 1890, o ultimato britânico gerou um sentimento de mal-estar persistente contra o regime em Portugal, sentimento que os radicais tentaram explorar e que justificava o golpe militar republicano no Porto em Janeiro de 1891<sup>12</sup>. O seu fracasso deixara os radicais divididos e desmoralizados durante a maior parte da década de 1890. Agora esperava-se que o derrube dos Bourbons em Espanha não deixasse de atizar as adormecidas cinzas republicanas em Portugal.

Assim, consideraremos dois aspectos das reacções portuguesas à guerra de 1898. Em primeiro lugar, a forma como os comentários acerca das operações militares se transformaram num exercício de crítica cultural centrada no tema do declínio das potências ibéricas na época contemporânea. Sugeriremos que a reacção portuguesa à guerra foi moldada pela cultura liberal dominante na monarquia constitucional portuguesa. Em segundo lugar, a forma como a guerra foi usada para abrir um debate sobre as relações entre Portugal e Espanha, através do qual o velho federalismo ibérico da esquerda liberal foi finalmente enterrado.

A GUERRA ERA IMPORTANTE PARA A IMPRENSA  
PORTUGUESA PORQUE CABIA NA CULTURA  
POLÍTICA LIBERAL E PORQUE PODIA SER USADA  
PARA APOIAR O PROCESSO EM CURSO  
DE LIBERTAÇÃO DOS PORTUGUESES  
DO SEU PASSADO ATÁVICO.

## **A «DOENÇA IBÉRICA»: A GUERRA NO CONTEXTO DO DEBATE LIBERAL ACERCA DA DECADÊNCIA E RENOVAÇÃO NACIONAIS**

A declaração de guerra em Abril de 1898 recebeu uma torrente de considerações morais por parte da imprensa portuguesa. A sua primeira reacção foi condenar a guerra<sup>13</sup>. É verdade que a tendência para desprezar os confortos da modernidade como influências corrompentes levou alguns a olhar para a guerra como uma forma de fortalecer os espíritos enfraquecidos pelo materialismo e pelo egoísmo. Ideais elevados necessitavam de virtudes viris, que poderiam ser cultivadas através das provações militares. O patriotismo, o ingrediente essencial da vida cívica, apenas beneficiaria com a guerra<sup>14</sup>. Mas este era um sentimento minoritário que não se afastava da linha oficial de horror de um conflito armado. Em geral, os jornalistas eram liberais e os liberais acreditavam no poder de um debate pacífico e racional, no contexto de princípios legais bem definidos, para resolver todas as divergências. Propunham o fim do conflito mundial através do diálogo internacional e da mediação de organizações internacionais. Acreditavam na arbitragem e deploravam o uso da força. A violência era uma forma primitiva e despropositada de abordar os problemas. A maior parte dos directores de jornais acreditava que todos os povos deviam unir-se e reconhecer as suas qualidades humanas comuns como base sobre a qual construir um mundo livre das causas de conflito. As raízes da guerra eram identificadas com velhas superstições e preconceitos, que assumiam no ódio religioso e étnico as suas formas mais desprezíveis<sup>15</sup>. As guerras eram sempre um retorno à selvajaria. Por isso, o *Diário de Notícias* se mostrava desapontado pelo franco entusiasmo com que o povo americano parecia abraçar a causa da guerra com a Espanha. O entusiasmo bélico americano mostrava que nem a democrática América produzira um novo tipo de humanidade. Os Estados Unidos tinham caído na Idade Média<sup>16</sup>. A condenação geral da guerra não impediu os directores de jornais de tomarem partido. No início, declararam a responsabilidade americana pela guerra. O seu horror ao conflito armado era aprofundado pelo aparente espírito militarista com que os americanos tinham ignorado todas as ofertas espanholas e desencadeado a guerra. O pretexto humanitário invocado pelos americanos para a sua intervenção armada em Cuba foi apelidado de hipócrita. Os Estados Unidos, que fingiam sofrer com o destino de filipinos e cubanos, tinham-se entregue a atrocidades brutais contra a sua própria população indígena<sup>17</sup>. A imprensa subscrevia o argumento espanhol de que a rebelião cubana teria acabado não fora a ajuda americana, e que a Espanha acedera à maioria das exigências americanas sobre Cuba, nomeadamente a declaração de um armistício e a promessa de uma constituição liberal, que poderia ser vista como o fim de todas as razões para a guerra. Os americanos sofriam de má educação diplomática e comportavam-se como uns brutos desejosos de expansão imperial. Da mesma forma, a imprensa via a conduta militar americana como mais bárbara e mais impiedosa do que a da Espanha. A Espanha respondia a uma provocação. Ia defender a civilização contra os novos bárbaros, que armavam os «selvagens» nas

Filipinas<sup>18</sup>. A imprensa acentuou a simpatia pela Espanha com o relato de qualquer sinal de apoio público à causa espanhola. Ficamos a saber que era tocada música espanhola nos teatros lisboetas a pedido dos espectadores, em Abril, como sinal de solidariedade para com a Espanha. Contudo, essa foi a maior manifestação de hispanofilia em Lisboa.

Estes sentimentos amigáveis para com a Espanha, transversais às filiações partidárias, tinham a sua origem na tendência para simpatizar com quem quer que fosse que se atrevesse a desafiar uma das potências anglo-saxónicas, vistas como os donos do mundo, ou as novas «hordas» conquistadoras, como um jornalista particularmente anglóphobo dizia<sup>19</sup>. Neste sentido, a simpatia pela Espanha tinha a mesma causa que a simpatia que toda a imprensa portuguesa sentiria pelos boers em 1899.

A SIMPATIA PELA ESPANHA TINHA A MESMA CAUSA QUE A SIMPATIA QUE TODA A IMPRENSA PORTUGUESA SENTIRIA PELOS BOERS EM 1899.

Mas o afecto de vizinho para com a Espanha podia ser igualmente explicado pelas ligações assumidas de «história, raça e língua» que aproximavam Portugal da Espanha<sup>20</sup>.

Finalmente, a simpatia pela Espanha justificava-se pela natureza heróica das acções dos espanhóis. Muito foi escrito sobre a recusa das potências europeias em apoiarem a Espanha e pressionarem os Estados Unidos durante o período de negociações antes do eclodir das hostilidades. A França, a Grã-Bretanha e a Alemanha eram amplamente vistas como estando num nível superior de poder e civilização ao dos países ibéricos. Mas tinham-se curvado perante os Estados Unidos, devido aos seus crescentes interesses económicos na América, que pesavam muito mais do que qualquer tipo de compaixão que pudessem sentir por uma Espanha fraca e na bancarrota. A Espanha mostraria ao mundo o que o orgulho patriótico podia ainda fazer numa época em que a política era ditada por interesses económicos. Os jornalistas portugueses sabiam que os estados ibéricos continuavam a ser alvo de impropérios por toda a Europa do Norte: as suas instituições representativas não eram levadas a sério, a sua pobreza era citada como prova de algum defeito moral, o seu fanatismo passado era constantemente lembrado. Este acto de desafio espanhol contra os poderosos Estados Unidos era uma oportunidade de redenção através da bravura.

A evocação constante do «heroísmo espanhol» relacionava os comentários da imprensa sobre a guerra com a teoria da cultura ibérica elaborada por Oliveira Martins na sua *História da Civilização Ibérica*, publicada pela primeira vez em 1879. O livro, embora intitulado uma «história da civilização ibérica», era uma interpretação cultural da história ibérica, na esteira da *History of Civilisation in England* (1857-1861) de H. T. Buckle, uma das fontes reconhecidas por Oliveira Martins e cujas considerações arrogantes sobre a história espanhola eram alvo da crítica do autor português<sup>21</sup>. O livro foi um êxito editorial, com quatro edições nos anos 1880. O seu ponto forte era uma teoria da cultura ibérica em que as duas correntes do pensamento liberal acima mencionadas, a crítica

e a identitária, se combinavam de maneira magistral. Oliveira Martins definia o carácter ibérico como heróico, em oposição às características pragmáticas e utilitárias dos povos da Europa do Norte.

O carácter heróico ibérico exprimia uma tendência individual para a auto-afirmação através de acções em que todas as avaliações de custos e motivos racionais, tais como o interesse material, eram ignoradas. Os ibéricos deixavam-se levar por ideais mais ou menos irrazoáveis, em que davam azo aos seus impulsos de auto-afirmação através de actos não utilitários e altruístas, tais como feitos cavaleirescos e devoção mística. Oliveira Martins fazia recuar este tipo de personalidade ao Norte de África, numa genealogia que enfatizava a especificidade da civilização ibérica na Europa<sup>22</sup>.

Oliveira Martins admirava este ímpeto heróico, que estava por detrás da conquista ibérica do mundo no século XVI, mas acreditava que esta maneira de ser estava condenada no mundo contemporâneo, em que a força das nações derivava mais do poder económico do que do entusiasmo idealista. Oliveira Martins concluía o livro dizendo que o modo de acção mais sensato para os povos ibéricos era a adopção de uma atitude utilitária norte-europeia. Por exemplo, o melhor futuro para Portugal era tornar-se noutra Holanda, tão rica e tão aborrecida. Contudo, esta desalentada conclusão não impedia que o livro louvasse o espírito cavaleiresco e místico ibérico.

Oliveira Martins reflectia o duplo critério da cultura liberal portuguesa. E as reacções da imprensa à Guerra Hispano-Americana de 1898 seguiam os termos do debate tais como tinham sido propostos por Oliveira Martins. A Espanha é comparada a um nobre

arruinado que vinga a honra e as glórias passadas contra uma provocação brutal perpetrada por um bárbaro novato. À típica maneira cavaleiresca, a Espanha estava pronta para defender as suas tradições e a sua herança imperial sem ligar à

A ESPANHA É COMPARADA A UM NOBRE  
ARRUINADO QUE VINGA A HONRA E AS GLÓRIAS  
PASSADAS CONTRA UMA PROVOCAÇÃO BRUTAL  
PERPETRADA POR UM BÁRBARO NOVATO.

desproporção de meios entre ela e os Estados Unidos<sup>23</sup>. Alguns directores chegavam a esperar que o seu heroísmo contrabalançasse o poderio financeiro e tecnológico dos Estados Unidos. Outros, a partir de um ponto de vista tipicamente racialista, chegavam a apostar que a homogeneidade étnica da Espanha prevaleceria sobre a Babel racial americana<sup>24</sup>. A maior parte assumia que a vitória material pertenceria aos Estados Unidos mas que a vitória moral seria da Espanha<sup>25</sup>. O mero facto de a Espanha se ter levantado contra os Estados Unidos, de não se ter ajoelhado a seus pés, como todas as outras potências europeias, provava que o «declínio» que os outros europeus criticavam na Espanha poderia ter sido um declínio económico mas não certamente um declínio em energia e virtudes viris. A guerra poderia até marcar uma renovação em Espanha, ao forjar um novo sentido de unidade e de orgulho no seu povo. O sucesso da subscrição nacional em prol do esforço de guerra parecia indicar o renascimento patriótico em Espanha<sup>26</sup>. Boatos acerca de pretensas vitórias espanholas ajudaram a

manter vivas as esperanças de que o carácter heróico ibérico prevalecesse sobre uma tecnologia superior<sup>27</sup>.

Contudo, a cultura liberal portuguesa não era consistente. As derrotas militares espanholas de Maio e Julho mudaram o sentimento dos jornalistas para com a Espanha. As primeiras notícias da guerra tinham trazido para os editoriais os argumentos entusiásticos do liberalismo identitário. O fim da guerra reafirmou o ponto de vista da tendência crítica do liberalismo. Em Abril, o conflito hispano-americano fora visto como um confronto entre os altos valores e a ganância. Em Julho, a derrota espanhola revelou o contraste entre a negligência espanhola e a organização americana. O heroísmo espanhol era agora diagnosticado como um caso perverso de lamentável arrogância e de falta de percepção. Derrotados, os espanhóis dividiram-se e amotinaram-se. Por seu lado, o utilitarismo americano era agora visto como um sinal de uma sociedade saudável e forte<sup>28</sup>. Além disso, os americanos tinham-se revelado soldados competentes e corajosos<sup>29</sup>. Em vez de bravura, os feitos da Marinha espanhola revelavam incompetência e incapacidade. A desastrosa tentativa de Cervera de escapar do porto de Santiago parecia provar que o que quer que fosse que tornava os espanhóis especiais era algo absurdo no mundo contemporâneo.

No final, a inepta resposta militar à provocação americana revelava o atraso da Espanha e a natureza quixotesca do povo espanhol. A Espanha, ao contrário dos Estados Unidos, seguia a política das emoções em vez da política da razão. A derrota da Espanha confirmava as vantagens da frieza num mundo em que a tecnologia se sobrepunha ao valor do entusiasmo individual, em que o poder se sobrepunha à tradição. Agora os editorialistas portugueses citavam com aprovação artigos escritos na imprensa inglesa que estavam de acordo com esta linha<sup>30</sup>.

De facto, tudo isto mais não era que a reformulação do argumento de Oliveira Martins de que o heroísmo altruísta estava destinado a ser derrotado pela tecnologia e a organização superior. A lição a extrair da guerra parecia agora clara. Quem não se preocupara em adquirir os atributos exibidos pelas potências mais fortes no mundo contemporâneo, da ciência alemã ao utilitarismo britânico, estava condenado. Por isso a França fora vencida pela Alemanha em 1870, Portugal humilhado pela Grã-Bretanha em 1890, e a Espanha espezinhada pelos americanos em 1898. A «raça latina» precisava de se corrigir, de abandonar a contemplação das glórias passadas e organizar-se, educar-se e enriquecer como os seus concorrentes mais bem-sucedidos. O patriotismo sem uma boa administração e riqueza de nada servia<sup>31</sup>.

A derrota da Espanha mudou igualmente a direcção das comparações com Portugal. No princípio, a guerra tinha sido usada para mostrar o contraste entre o cepticismo português e o entusiasmo espanhol. Os tímidos portugueses tinham-se abtido de lutar contra a Grã-Bretanha em 1890 e tinham feito todas as concessões necessárias. A razão destas reacções diferentes ao insulto anglo-saxónico era vista nos vários graus de abertura à civilização anglo-saxónica: onde os portugueses tinham renunciado aos seus

costumes característicos e imitado os modelos ingleses, os espanhóis mantiveram-se fiéis às suas tradições «heróicas»<sup>32</sup>. A Espanha parecia provar a ideia de que o respeito próprio era mais importante que a autopreservação.

Contudo, diante do desastre espanhol, a imprensa mudou de tática e descobriu alguma virtude na timidez portuguesa de 1890, agora interpretada como prova de uma consumada sabedoria. O desastre teria posto fim à lenda da bravura espanhola. A reação espanhola era «irresponsável» e revelava o seu atraso e mesmo a sua ignorância do mundo contemporâneo<sup>33</sup>. Alguns editorialistas gozavam com uma suposta tendência espanhola para explicar as suas derrotas pela superioridade numérica dos seus inimigos. A arrogância dos espanhóis, não sustentada por qualquer poder concreto, soava a vaidade e a ridículo<sup>34</sup>. A guerra provaria o declínio da Espanha<sup>35</sup>.

Outras lições foram procuradas no infortúnio espanhol, especialmente em termos de política colonial. A Espanha recusara autonomia governativa a Cuba e tentara reafirmar o seu poder nas Filipinas através do terror. As novidades da guerrilha conduzida pelos rebeldes contra a administração espanhola em Cuba eram assunto na imprensa portuguesa desde 1895. A impressão que ficava é que, em vez de tentar alcançar a conciliação e a reforma, a Espanha quisera calar a dissensão. O insucesso espanhol contra os separatistas em Cuba sugeria a alguns a necessidade de Portugal abandonar uma abordagem militar semelhante em África<sup>36</sup>. O conceito de colonização como operação militar arrancara em Portugal com as vitórias de 1895-1896 sobre as tribos zulus, armadas e financiadas pelos britânicos em Moçambique. Agora a atitude militar ibérica contrastava com uma atitude colonial britânica, supostamente assente em concessões graduais à autonomia governativa. Portugal era aconselhado a imitar a Inglaterra na sua política colonial<sup>37</sup>.

Outros comentadores, contudo, iam mais além. Viam a expulsão espanhola pelos norteamericanos como um mal necessário. A miragem do império desviara as nações ibéricas da exploração dos seus recursos na Europa. Os estados ibéricos não possuíam os meios para competir com as grandes potências na conquista do mundo. Em vez de dissiparem os escassos recursos em aventuras condenadas ao fracasso no ultramar, deviam concentrar-se no desenvolvimento da metrópole. A perda do império espanhol ia forçar a Espanha a fazer essa escolha sensata<sup>38</sup>. Portugal não devia esperar por outra humilhação ou desastre para mudar de rumo. Esta discussão revelava outras tensões no seio da cultura liberal: entre os que queriam regenerar o país afirmando o seu papel de colónia civilizadora na África e os que preferiam a concentração de recursos para o desenvolvimento interno<sup>39</sup>.

O mal sucedido confronto ibérico com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos demonstrava que o País tinha de se transformar para fazer face ao desafio lançado pelos recém-chegados à cena mundial. A imprensa, maioritariamente liberal, fez passar bem este ponto aos seus leitores. Como tal, a guerra deu garantias aos governantes liberais em Lisboa do seu mandato histórico para mudar o País de acordo com os requisitos do tempo.

## O FIM DO IBERISMO: A RELAÇÃO ENTRE A ESPANHA E PORTUGAL À LUZ DA GUERRA HISPANO-AMERICANA

Em 1898, Portugal estava ameaçado pela bancarrota. Temia-se que a Inglaterra e a Alemanha pretendessem dividir entre si as colónias de Angola e Moçambique. A Guerra Hispano-Americana fez aumentar todos estes medos. Parecia um novo episódio na expoliação das nações ibéricas pelos seus concorrentes mais fortes do Norte. A Grã-Bretanha era vista como aliada dos Estados Unidos e essa aliança era a razão para a falta de apoio europeu à Espanha<sup>40</sup>. Em Maio, num discurso à Primrose League, Lord Salisbury, o primeiro-ministro britânico, aludia às «nações moribundas» que se veriam forçadas a render-se a estados mais ricos e fortes. Este discurso causou sensação em Lisboa<sup>41</sup>. Todos imaginavam que Portugal e Espanha estavam entre essas «nações moribundas» que em breve se veriam forçadas a submeter-se às novas potências industriais da Europa do Norte e da América. Bismarck, o ex-chanceler da Alemanha, teria dito algo semelhante, comentando que a Espanha partilharia o destino de Portugal em 1890<sup>42</sup>. O *Daily Telegraph* de Londres era citado como tendo proclamado que as «raças latinas» estavam condenadas e que, mais tarde ou mais cedo, desapareceriam<sup>43</sup>. A derrota espanhola provava a impossibilidade de confrontos militares com potências como os Estados Unidos, a Inglaterra ou a Alemanha em pé de igualdade. A vitória dos Estados Unidos indicava não apenas o nascimento de uma nova potência mas também o advento de um mundo em que o poder era igual à razão (*might would be right*). A ideia humanitária da fraternidade internacional e da conciliação cedia o lugar a uma política baseada na teoria de Darwin da sobrevivência dos mais fortes<sup>44</sup>.

Era esta assimetria entre o Sul e o Norte da Europa e o advento de uma nova ordem mundial baseada na força pura que a imprensa do regime usou para justificar a aliança de Portugal com a Grã-Bretanha. A aliança com a Grã-Bretanha era a única maneira de Portugal preservar a sua independência e as suas colónias, embora os britânicos tivessem obstruído as ambições portuguesas de construção de um grande império no Sul da África em 1890. Em Janeiro de 1890, o ultimato britânico para a retirada das tropas portuguesas do actual Zimbabué provocou grande agitação em Lisboa e a queda de dois governos num ano. Tal como a Espanha em 1898, Portugal não conseguiu o apoio de nenhuma potência europeia contra a Grã-Bretanha.

Então, os que de fora do regime defendiam a resistência à Inglaterra sugeriram que Portugal estabelecesse uma aliança com a Espanha. Os principais defensores de uma aliança com a Espanha vinham da esquerda radical. A esquerda vivia do ódio à Grã-Bretanha, desprezada como anjo-da-guarda da monarquia, insultada como concorrente industrial destrutiva e como rival colonial<sup>45</sup>. A esquerda radical sempre acreditara que alguma forma de união ibérica seria a única maneira de Portugal e Espanha inverterem

TAL COMO A ESPANHA EM 1898, PORTUGAL NÃO  
CONSEGUIU O APOIO DE NENHUMA POTÊNCIA  
EUROPEIA CONTRA A GRÃ-BRETANHA.

o processo de declínio na época contemporânea. O denominado iberismo, a crença numa forma de unificação ibérica que fora acalentada nos mais altos círculos nas primeiras décadas do século, tornou-se numa causa da esquerda radical, que passou a ver a Península como o único palco para o início de uma revolução que a protecção britânica da monarquia tornava impossível em Portugal<sup>46</sup>. Os confrontos coloniais com a Grã-Bretanha em 1881 (por causa de Lourenço Marques) e em 1890 renovaram os planos de uma federação republicana ibérica, que converteria a Espanha e Portugal numa grande potência<sup>47</sup>.

Em 1890, os manifestantes esquerdistas contra o ultimato britânico nunca pararam de enumerar as demonstrações de solidariedade de estudantes e intelectuais espanhóis seus correligionários<sup>48</sup>. Por seu lado, os partidos do regime foram levados a abraçar sentimentos anti-espanhóis, acusando a esquerda radical de ser a favor da incorporação de Portugal numa república espanhola. Fora assim que a direita do regime liberal conseguiu destruir os governos esquerdistas de 1868-1869, suspeitos de planearem uma forma de fusão com a Espanha através da subida de um membro da família real portuguesa ao trono em Madrid. O caso nunca foi esclarecido e continuou a alimentar especulações na imprensa por toda a década de 1870, numa altura em que as facções mais à direita do regime liberal fundaram a Liga Primeiro de Dezembro, cujo principal objectivo era a celebração anual, a 1 de Dezembro, da restauração da independência de Portugal<sup>49</sup>. A Espanha era retratada como vítima do «fanatismo» religioso e político, constantemente abalada por pronunciamentos e onde a pena de morte ainda era usada para calar a dissensão – a antítese de um Portugal liberal, tolerante, humanitário e pacífico<sup>50</sup>. Ainda em 1893, um banquete que juntava republicanos portugueses e espanhóis em Badajoz foi tratado pela imprensa do regime como prova suficiente para apontar a esquerda radical portuguesa como uma quinta coluna espanhola<sup>51</sup>. A esquerda radical sempre viu esta propaganda antiespanhola como um meio para disfarçar a verdadeira dependência do regime da protecção britânica. De acordo com os radicais, a real intenção do suposto perigo espanhol era justificar o jugo britânico. Assim, os

À LUZ DA GUERRA, A SIMPATIA PELA ESPANHA ERA MAIS EXPLÍCITA NOS JORNAIS DO REGIME DO QUE NOS DA ESQUERDA RADICAL.

radicais podiam alegar ser os únicos no País interessados nas relações amistosas com a Espanha<sup>52</sup>.

Contudo, à luz da guerra, a simpatia pela Espanha era mais explícita nos jornais do

regime do que nos da esquerda radical<sup>53</sup>. A simpatia, contudo, não envolvia nenhuma vontade de ajudar efectivamente o esforço de guerra da Espanha. As duas alas do regime, o Partido Regenerador, mais à direita, e o Partido Progressista, mais à esquerda, então no poder, acordaram um pacto de neutralidade no conflito<sup>54</sup>. Era essa a linha defendida pelos seus principais porta-vozes na imprensa de Lisboa, os diários *A Tarde* (regenerador) e *O Correio da Noite* (progressista). *A Tarde* até acusava o Governo de comprometer a neutralidade portuguesa tolerando a frota espanhola em Cabo Verde<sup>55</sup>.

Por outro lado, a imprensa próxima dos partidos do regime não deixou de acenar com o medo de Espanha. Em Maio foi dada grande ênfase a caricaturas hostis a Portugal que tinham surgido nos jornais espanhóis. A Espanha foi declarada ingrata e traidora<sup>56</sup>. O Governo de Lisboa respondeu à declaração de lei marcial em Espanha com um fortalecimento das fronteiras. Na verdade, o regime foi ao ponto de sugerir que uma Espanha vingativa poderia tentar fazer Portugal, um aliado dos britânicos, pagar pela derrota sofrida às mãos dos americanos<sup>57</sup>. Abundavam os rumores de que a Espanha iria tomar posse de províncias portuguesas em troca das Filipinas, se Portugal entrasse numa aliança com a Inglaterra e os Estados Unidos. Em Setembro, quando a Espanha parecia preparada para disputar a supremacia britânica sobre Gibraltar, a imprensa do regime lançou uma enorme campanha antiespanhola.

De facto, o boato sobre a ameaça espanhola servia bem ao regime numa altura em que os rumores de uma renovação da aliança portuguesa com a Grã-Bretanha inflamavam a tradicional anglofobia da esquerda. Esses rumores, que começaram a circular em Maio, correspondiam a negociações diplomáticas efectivas, motivadas pela ansiedade inglesa em convencer Portugal a não deixar as repúblicas boers rebeldes da África do Sul aceder ao mar, através do porto português de Lourenço Marques, em Moçambique<sup>58</sup>.

Do ponto de vista do Governo português, o novo acordo com a Grã-Bretanha interessava por causa da promessa britânica de compensações financeiras numa altura em que era cada vez mais difícil saldar a sua dívida externa. Mas o incidente de 1890 estava ainda demasiado vivo para um elogio franco à aliança britânica. A defesa de Portugal contra a Espanha parecia a melhor justificação para os contactos com a «pérfida Albion». Havia já um precedente. Em 1873, a Grã-Bretanha jurara proteger a monarquia portuguesa contra qualquer ataque ou subversão vindo da república espanhola. Significativamente, o *Diário de Notícias* comparava 1898 a 1873 como dois momentos em que a ameaça espanhola demonstrava a utilidade da aliança britânica<sup>59</sup>.

Os radicais aproveitaram os rumores acerca do tratado para dizer que Portugal ia deixar-se escravizar pela Inglaterra<sup>60</sup>. Os jornais afectos à esquerda radical, como os diários *A Vanguarda* e *O País*, em Lisboa, eram uma parte importante da imprensa portuguesa. Isto reflectia as tensões dentro do campo liberal. A maior parte dos liberais assumia que a monarquia constitucional era o melhor modelo para implementar uma democratização gradual do País, e aceitavam os Braganças como chefes de Estado hereditários e um catolicismo purgado e controlado pelo Estado como religião oficial. Outros liberais, todavia, tratavam a monarquia constitucional como um obstáculo no caminho do progresso e queriam atingir a democracia através de uma revolução radical. A proclamação de uma república anticlerical seria a única forma de concretizar as expectativas liberais.

Muitos destes radicais aderiram ao Partido Republicano Português, fundado em 1876. Os republicanos portugueses estavam divididos e inactivos desde 1890-1891, quando falharam miseravelmente na sua tentativa de explorar o descontentamento gerado pelo

ultimato britânico. A imprensa radical, no entanto, prosperou. Os jornais radicais faziam-se ouvir em artigos caluniosos e difamatórios. Eram violentamente hostis à Grã-Bretanha e estavam sempre prontos a desacreditar governos com base nas suas supostas simpatias para com os britânicos. A imprensa radical não chegava a ser incomodada pela censura. A lei da difamação era interpretada de forma branda pelos tribunais, o que fazia que muitos casos terminassem com os jornalistas acusados a serem absolvidos pelo júri. A pretensão de que a imprensa portuguesa era a mais livre da Europa era provavelmente verdade. Os distúrbios de 1890 justificavam um certo assédio aos jornais radicais mais desbragados por parte da polícia, para impedir insultos directos ao monarca. Mas estes esforços confinavam-se a Lisboa e não eram muito eficazes.

Em 1898, a imprensa radical era a única a mostrar alguma simpatia pelos insurgentes cubanos, opondo-se aos jornais do regime, como o governamental *O Correio da Noite*, que nunca deixava de injuriar os «rebeldes»<sup>61</sup>. Os jornalistas radicais atribuíam a revolta cubana à restauração do centralismo dos Bourbons, insinuando que uma república federal espanhola não teria tido problemas em manter Cuba<sup>62</sup>. Mas a verdadeira razão para a sua atitude pró-cubana era a esperança de que uma derrota espanhola abanasse as fundações das monarquias ibéricas. Esperavam que a guerra com os Estados Unidos significasse para a Espanha o que a guerra de 1870 com a Alemanha significara para a França. Cuba seria a Sédan de Espanha. A guerra de Cuba revelava o desespero da oligarquia espanhola, que se lançara numa aventura para escapar às suas dificuldades. A derrota criaria um vazio que iria ser preenchido por uma revolução e um novo regime<sup>63</sup>. Assim, os jornais radicais mostravam mais interesse no que se passava no interior da Península do que nos detalhes das operações militares em Cuba e nas Filipinas. No início de Maio, quando chegaram notícias de motins que se seguiram ao desastre das Filipinas e a lei marcial foi declarada em Espanha, os jornalistas radicais não conseguiram esconder a sua excitação. A vontade de avaliar a situação em Madrid levou João Chagas, o mais importante director de jornais republicano, a viajar para Espanha: «Espe-

ESTE INTERESSE POR ESPANHA FOI APOIADO PELOS SENTIMENTOS DE IBERISMO, QUE OS CONFRONTOS COLONIAIS COM A GRÃ-BRETANHA TINHAM RENOVADO EM 1881 E 1890.

ramos as notícias de Espanha como um prefácio para a história futura de Portugal», assim descreveu as suas expectativas<sup>64</sup>.

Este interesse por Espanha foi apoiado pelos sentimentos de iberismo, que os confrontos coloniais com a Grã-Bretanha

tinham renovado em 1881 e 1890. Como tal, a guerra tornou-se uma grande desilusão para a esquerda radical, que teve de sofrer o gozo do regime pelas suas expectativas infundadas<sup>65</sup>. Os jornalistas esquerdistas sabiam que os republicanos espanhóis não tinham força suficiente para começarem sozinhos uma revolução. Agora descobriam que os seus correligionários espanhóis nem sequer se encontravam em posição de tirar vantagens de circunstâncias tão auspiciosas quanto as criadas por um enorme desastre

militar. Os republicanos espanhóis pareciam completamente divididos e aturdidos. A reacção popular ao desastre de Santiago, em Julho, muito inferior à reacção ao de Cavite, em Maio, foi outro desapontamento<sup>66</sup>.

Em Abril de 1898, os radicais portugueses esperavam que uma república em Espanha provocasse uma revolução por imitação em Portugal. Em Julho foram forçados a concluir que era mais provável que a república aparecesse primeiro em Portugal que em Espanha. O resultado provável de uma Sédan espanhola não seria uma república mas outra guerra carlista<sup>67</sup>.

Os radicais assumiram que uma futura república portuguesa precisava de um aliado para manter o seu estatuto de potência colonial na África e para defender a independência portuguesa contra uma monarquia espanhola hostil<sup>68</sup>. Durante anos tinham esperado que uma Espanha democrática desempenhasse esse papel. Agora a guerra com os Estados Unidos expunha as fraquezas da Espanha como potência naval e provava que a Espanha não podia oferecer a Portugal uma alternativa à protecção britânica. Além disso, a guerra tornava claro que, ao escolher alianças, um país não se podia dar ao luxo de ser sentimental: deveria apenas considerar como defender os seus interesses num mundo governado pela força<sup>69</sup>. A impotência do partido republicano em Espanha sugeria que os republicanos portugueses, uma vez vitoriosos, teriam de esperar hostilidade, em vez de ajuda, vinda de Espanha. Assim, os radicais rapidamente chegaram à conclusão de que a Grã-Bretanha não podia ser substituída pela Espanha como protectora de Portugal e que uma Península Ibérica unida, contrariamente ao que fora imaginado pelas gerações anteriores de radicais esquerdistas, nunca seria mais do que uma frágil união de estados débeis em vez de uma nova grande potência<sup>70</sup>.

Desta forma, a guerra de Cuba foi um importante ponto de viragem na visão internacional da esquerda radical portuguesa. Para a geração de homens educados que tinham nascido entre 1865 e 1875 e que iriam proclamar a República em 1910, o ultimato britânico de 1890 foi o acontecimento político definidor das suas vidas: entenderam a rendição à Grã-Bretanha como a prova de que a elite político-económica portuguesa estava pronta para vender o interesse e o orgulho nacionais em troca de aceitação e protecção de uma grande potência. A Guerra Hispano-Americana de 1898 foi outro momento psicológico vital para essa geração. O ultimato de 1890 fez-lhes sentir que era necessária uma república; a derrota espanhola de 1898 mostrou-lhes que a república não poderia acontecer contra a vontade da Grã-Bretanha. A Península Ibérica, devido à fraqueza da Espanha, não era o modelo indicado para a resolução dos problemas políticos portugueses. Estes tinham de ser resolvidos em conjugação com as principais potências, especialmente a Grã-Bretanha. A federação ibérica seria um erro, como admitia um dos mais famosos iberistas em 1906. E a razão dada para essa mudança de ideias era o desfecho da Guerra Hispano-Americana de 1898<sup>71</sup>.

Assim, no Verão de 1910, durante as preparações para a revolução em Lisboa, os republicanos portugueses enviaram uma delegação para contactar o Foreign Office em

Londres, em vez de depositarem as suas esperanças num movimento paralelo em Espanha, como as gerações anteriores de radicais portugueses tinham feito<sup>72</sup>. As raízes da suspeição e hostilidade inesperadas da República em relação a Espanha depois de 1910, que atingiu níveis de loucura em 1911-1912<sup>73</sup>, e da sua decisão de se juntar à Grã-Bretanha na guerra contra a Alemanha em 1914 pode ser encontrada na grande desilusão de 1898. Portugal e Espanha não pareciam destinados a estar juntos no mundo. Nada tinham a oferecer um ao outro. A Espanha era demasiado fraca para ser aliada, e por isso era muito mais útil como inimiga<sup>74</sup>. Inversamente, a Grã-Bretanha parecia demasiado forte para ser um inimigo, e por isso era muito mais útil como aliada.

## **CONCLUSÕES**

A Guerra Hispano-Americana foi o assunto dominante na imprensa portuguesa entre Abril e Julho de 1898. Esta obsessão reflectia a forma como o destino da Espanha era representado como determinante do de Portugal e a forma como o conflito era visto como um sinal de uma nova ordem internacional. A Guerra Hispano-Americana de 1898 devia ser posta a par do desastre diplomático anglo-português de 1890 na maneira como afectou a percepção de uma geração da ordem internacional em Portugal.

As reacções à guerra foram moldadas pela cultura liberal dominante na monarquia constitucional portuguesa: o desafio espanhol aos Estados Unidos foi apresentado como uma apologia da identidade cultural ibérica, e a derrota espanhola como uma prova da necessidade de modernizar as sociedades ibéricas. Sugerimos que esta leitura ambígua da guerra era inerente à cultura liberal.

Além disso, a guerra ajudou a reforçar a ideia de que Portugal precisava de um aliado de modo a manter as suas colónias e que esse aliado teria de ser encontrado no mundo anglo-saxónico. Como tal, o «desastre» espanhol contribuiu para enfraquecer o iberismo tradicional da esquerda radical. **RJ**

## NOTAS

- 1 *O Ocidente*, 20 de Julho de 1898, p. 161; «Os últimos acontecimentos». In *Correio da Noite*, 6 de Julho de 1898.
- 2 «O preço do século». In *O Século*, 24 de Maio de 1898.
- 3 A taxa de câmbio normal era de 4.500 réis por libra britânica.
- 4 QUEIROZ, Eça de – «Carta à mulher», Lisboa, 22 de Abril de 1898. In QUEIROZ, Eça de – *Correspondência*. Ed. G. de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983, vol. II, pp. 434-435.
- 5 QUEIROZ, Eça de – «Carta à mulher», Lisboa, 11 de Maio de 1898. In *Ibidem*, p. 443.
- 6 *Ibidem*, p. 440.
- 7 Acerca da ideologia liberal do declínio, cf. PIREZ, António M. B. Machado – *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.
- 8 ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*, vol. II. Lisboa: Livraria Clássica, n. d., p. 102.
- 9 Ver RAMOS, Rui – *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a New Life and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*. Oxford, tese de doutoramento não publicada, 1997, capítulo 4.
- 10 Cf. RAMOS, Rui – «Prisoner of Liberalism: the strange case of J. P. Oliveira Martins». In *Portuguese Studies*, 2000.
- 11 Sobre o ambiente intelectual português *fin de siècle*, cf. RAMOS, Rui – «A segunda fundação [1890-1926]». In MATTOSO, José [ed.] – *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 299.
- 12 Cf. RAMOS, Rui – «A segunda fundação [1890-1926]», In MATTOSO, José [ed.] – *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *O Ultimatum Inglês: A Política Externa e a Política Interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Alfa, 1990; COELHO, Maria Teresa Pinto – *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- 13 Por exemplo, *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1898 e 26 de Maio de 1898.
- 14 D. João da Câmara, crónica em *O Ocidente*, 30 de Abril de 1898; «Entre Espanha e os Estados Unidos». In *Século*, 11 de Abril de 1898.
- 15 Sobre o pacifismo e o universalismo no pensamento liberal português, cf. ALBUQUERQUE, Martim – *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, vol. I, p. 351; MARTINS, Hermínio – «O federalismo no pensamento político português». In *Penélope*. N.º 18, 1998, pp. 13-49.
- 16 *Diário de Notícias*, 2 de Abril de 1898 e 22 de Abril de 1898.
- 17 *Diário de Notícias*, 4 de Abril de 1898; *O Ocidente*, 20 de Abril de 1898.
- 18 «As Filipinas». In *O Século*, 10 de Junho de 1898.
- 19 «Alianças». In *O Século*, 31 de Maio de 1898; «Pobre Espanha». In *Correio da Noite*, 8 de Julho de 1898.
- 20 *O Ocidente*, 30 de Março de 1898, p. 59; «A Espanha». In *O Século*, 14 de Março de 1898, 8 de Maio de 1898; «Espanha e Estados Unidos». In *Correio da Noite*, 21 de Abril de 1898.
- 21 Cf. e. g. MARTINS, Oliveira – *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1984, pp. 47-50. Sobre Oliveira Martins, cf. RAMOS, Rui – «A formação da inteligência portuguesa [1860-1880]». In *Análise Social*. N.º 116-117, 1992, pp. 483-528.
- 22 Cf. e. g. MARTINS, Oliveira – *História da Civilização*, pp. 38-42.
- 23 Cf. e. g. MAGALHÃES, Luís de – «A nobre Espanha». In *A Tarde*, 21 de Abril de 1898.
- 24 *O Ocidente*, 20 de Abril de 1898.
- 25 Cf. e. g. LIMA, Jaime de Magalhães – «Lição suprema». In *A Tarde*, 30 de Abril de 1898.
- 26 «A subscrição nacional». In *O Século*, 30 de Abril de 1898.
- 27 Cf. e. g. «Primeira vitória espanhola?». In *O Século*, 29 de Abril de 1898.
- 28 «Os projectos de Mackinley». In *Correio da Noite*, 12 de Julho de 1898.
- 29 «Entre a Espanha e os Estados Unidos». In *O Século*, 4 de Julho de 1898.
- 30 Cf. e. g., «Considerações da imprensa inglesa». In *O Século*, 7 de Maio de 1898, p. 4.
- 31 *O Ocidente*, 10 de Maio de 1898, p. 98; 30 de Junho de 1898, p. 146; 10 de Julho de 1898, p. 154. O editor do *Diário de Notícias* já tocara neste tema. Ver *Diário de Notícias*, 13 de Abril de 1898. Ver também «Nações mortas e nações moribundas». In *A Vanguarda*, 22 de Maio de 1898.
- 32 *O Ocidente*, 30 de Março de 1898, p. 59.
- 33 *O Ocidente*, 20 de Julho de 1898, p. 161; *Diário de Notícias*, 18 de Julho de 1898.
- 34 Cf. e. g. CABRAL, António – *Cinzas do Passado*. Lisboa: Livraria Popular Francisco Franco, 1929, p. 330.
- 35 *Diário de Notícias*, 30 de Junho de 1898; «Fim de uma lenda». In *O País*, 23 de Agosto 1898.
- 36 «A Lição dos factos». In *Diário de Notícias*, 23 de Abril de 1898, 13 de Julho de 1898; «Coisas do Ultramar». In *A Tarde*, 18 de Julho de 1898; «Colónias». In *A Vanguarda*, 16 de Abril de 1898; «Palavras de alarme». In *O Século*, 8 de Maio de 1898; «A guerra». In *O Século*, 7 de Julho de 1898.
- 37 «Regras de colonização». In *O Século*, 6 de Julho de 1898; BASTOS, Teixeira – «Portugal e as colónias». In *O Século*, 14 de Julho de 1898.
- 38 *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1898, 3 de Agosto de 1898.
- 39 Cf. RAMOS, Rui – «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins». In *Análise Social*. N.º 140, 1997, pp. 113-141; VAKIL, Abdool Karim – «Nationalising cultural politics: representation of the Portuguese discoveries and the rhetoric of identitarianism, 1880-1926». In MAR-MOLINARO, C., e SMITH, Angel [eds.] – *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula*. Oxford: Berg, 1996, pp. 33-52.
- 40 «Guerra de raças». In *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1898. Esta opinião era corrigida pelo correspondente do *Diário de Notícias* em Inglaterra. Cf. *Diário de Notícias*, 3 de Maio de 1898.
- 41 «Última hora». In *Diário de Notícias*, 6 de Maio de 1898; «Um discurso de Lord Salisbury». In *A Tarde*, 7 de Maio de 1898; «Em Espanha e Portugal». In *A Vanguarda*, 7 de Maio de 1898; «Ainda o discurso de Lord Salisbury». In *O Século*, 8 de Maio de 1898, p. 2; «O que disse Lord Salisbury». In *O Século*, 22 de Maio de 1898, p. 3.
- 42 *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1898.
- 43 *O Ocidente*, 20 de Agosto de 1898, p. 186.
- 44 *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1898.
- 45 Por exemplo, cf. CASTRO, Armando [ed.] – *A Dominação Inglesa em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974.
- 46 Sobre a causa ibérica, ver ROCAMORA, Jose Antonio – *El Nacionalismo Iberico*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994; e CATROGA, Fernando – «Nacionalismo e ecumenismo: a questão ibérica na segunda metade do século XIX». In *Cultura-História e Filosofia*. Lisboa. N.º 4, 1985, pp. 419-463.
- 47 Por exemplo, cf. LIMA, Sebastião Magalhães – *La Federación Ibérique*. Paris: Imprimerie Gautherin, 1892.
- 48 Cf. CUESTA, Pilar Vazquez – *A Espanha ante o «Ultimatum»*. Lisboa: Horizonte, 1978.
- 49 O 1.º de Dezembro foi o dia em 1640 em que um grupo de aristocratas de

Lisboa se levantou contra a autoridade de Filipe IV e proclamou D. João, duque de Bragança, como o novo rei de Portugal.

**50** Por exemplo, ver LISBOA, Carlos – *História Resumida de Espanha*. Lisboa: Mattos Pereira, 1874.

**51** Para as relações entre os radicais portugueses e espanhóis, ver CATROGA, Fernando – «Anticlericalismo y librepensamiento masónicos en Portugal [contactos con el librepensamiento español]». In BENIMELI, J. A. Ferrer (ed.) – *Masoneria, Revolucion y Reaccion*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1990, pp. 111-122.

**52** Cf. e. g. TELES, Basílio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. Lisboa: Portugália, 1968, p. 176.

**53** «Teimosias conservadoras». In *Vanguarda*, 8 de Maio de 1898.

**54** «Impaciências regeneradoras». In *Correio da Noite*, 25 de Abril de 1898; «Oposição parlamentar». In *Correio da Noite*, 4 de Maio de 1898. O Governo desejava um acordo para encerrar o parlamento devido à guerra. Cf. «A situação política». In *O Século*, 27 de Abril de 1898.

**55** *A Tarde*, 27 de Abril de 1898, 28 de Abril de 1898; «Gravíssimo». In *O País*, 27 de Abril de 1898.

**56** *Diário de Notícias*, 7 de Maio de 1898.

**57** MAGALHÃES, Luís de – «O fim do povo herminio». In *A Tarde*, 30 de Maio de 1898; «Perigos e hipóteses». In *A Vanguarda*, 27 de Junho de 1898; *O Ocidente*, 10 de Setembro de 1898, p. 202.

**58** Cf. RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação*, pp. 135-153; TELÓ, A. J. – *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa, 1875-1900*. Lisboa: Cosmos, 1991; GUEDES, Armando Marques – *A Aliança Inglesa*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1943, pp. 448 e segs.

**59** «Portugal e a Inglaterra». In *Diário de Notícias*, 24 de Junho de 1898.

**60** «Alianças». In *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1898; «O futuro de Portugal e Espanha». In *A Lanterna*, 19 de Setembro de 1898; «Refalsados processos». In *Correio da Noite*, 14 de Setembro de 1898; «Falso patriotismo». In *Correio da Noite*, 20 de Outubro de 1898.

**61** Cf. e.g. «Espanha e Estados Unidos». In *Correio da Noite*, 11 de Agosto de 1898.

**62** «À Espanha». In *Vanguarda*, 28 de Março de 1898.

**63** «A Espanha». In *Vanguarda*, 4 de Maio de 1898, 18 de Maio de 1898; «O Sédan da Espanha». In *O País*, 30 de Março de 1898.

**64** *O País*, 25 de Abril de 1898 e 4 de Maio de 1898.

**65** *O País*, 2 de Junho de 1898.

**66** *O País*, 11 de Julho de 1898.

**67** *O Século*, 21 de Julho de 1898; 10 de Agosto de 1898.

**68** *O País*, 24 de Agosto de 1898.

**69** Um tema em que os editores do *Diário de Notícias* e d'*O Século* insistiam. Ver *Diário de Notícias*, 27 de Maio de 1898; «Alianças». In *O Século*, 31 de Maio de 1898.

**70** SOARES, Raimundo – «Outras hipóteses». In *A Vanguarda*, 5 de Julho de 1898.

**71** BRUNO, José Pereira de Sampaio – *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Lello, 1987, p. 166. Ver também «O Partido Republicano». In *A Vanguarda*, 24 de Abril de 1898; «Portugal e Espanha». In *O País*, 12 de Julho de 1898.

**72** Cf. RELVAS, José (um dos membros da delegação republicana à Grã-Bretanha em 1910) – *Memórias Políticas*. Lisboa: Terra Livre, 1977, vol. I, p. 223. Para uma análise, cf. SMITH, John-Vincent – *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910-1916*. Lisboa: Horizonte, 1975.

**73** Cf. GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Conspiração contra Portugal, 1910-1912*. Lisboa: Horizonte, 1978, p. 175.

**74** «A conquista de Portugal». In *O País*, 30 de Agosto de 1898.